



INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ESTELITA DINIS GOMES

**EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-
BISSAU**

ACARAPE

2024

ESTELITA DINIS GOMES

EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-
BISSAU

Monografia apresentado como requisito parcial
para à obtenção do título de licenciada em
Pedagogia pela Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Luís Eduardo Torres
Bedoya

ACARAPE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Gomes, Estelita Dinis.

G612e

Evasão escolar das mulheres e políticas educacionais na Guiné-Bissau / Estelita Dinis Gomes. - Redenção, 2024.
35f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya.

1. Evasão escolar - Guiné Bissau. 2. Mulheres. 3. Políticas educacionais. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370

ESTELITA DINIS GOMES

EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-
BISSAU

Monografia apresentado como requisito parcial
para à obtenção do título de licenciada em
Pedagogia pela Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Luís Eduardo Torres
Bedoya

ACARAPE

2024

EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-
BISSAU

Banca examinadora

Prof. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya
Orientador

Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá
Instituto de Ciências Exatas e da Natureza - ICEN

Prof.^a. Mra. Maria Saraiva da Silva
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

LISTA DE SIGLAS

ASH	Água, Saneamento e Higiene
ASIEACG-B	Avaliação Sumativa da Iniciativa Escola Amigas das Crianças
CPSE	Carta Política do Setor Educativo
EAC	Escolas Amigas das Crianças
LBSE	Lei de Base de Sistema Educativo
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
MICS5	Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014
MMDSEPUEBRP	Margens de Manobra para o Desenvolvimento do Sistema Educativo numa Perspectiva de Universalização do Ensino Básico e Redução a Pobreza
ONU	Organizações das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Nesta presente monografia, discutimos e compreendemos a necessidade das políticas públicas educacionais para evitar e combater a evasão escolar das mulheres no ensino básico guineense. Quisemos compreender o que acontece entre o desejo de estudar e os problemas socioeconômicos, culturais e familiares, que aparecem ao longo do ciclo da escolarização dessas mulheres. Ao longo de estudo apresentamos os dados e taxa da evasão escolar entre os gêneros e também a disparidade e desigualdade entre zonas. Ainda discutimos sobre as causas que levam as meninas a saírem das escolas antes de terminarem o ensino básico. E abordamos sobre a intervenção do Estado na criação de políticas públicas para combater a evasão escolar de meninas e mulheres em todo o país no sistema educativo guineense. Metodologicamente, aplicamos a pesquisa bibliográfica, no qual analisamos livros, teses, monografias, dissertação e artigos já publicados sobre a evasão escolar das mulheres e políticas educacionais na Guiné-Bissau, através da revisão da literatura sobre o assunto e os dados foram apresentados e analisados qualitativamente. Servimos também do método documental e analisamos documentos produzidos na Guiné-Bissau, e por organizações como Organizações das Nações Unidas (ONU), UNICEF, UNESCO, entre outras, que abordam questões relacionados à temática pesquisada neste trabalho. Por fim, fizemos uma pesquisa de campo que foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas por meio de tópicos. Portanto, os problemas da evasão escolar que afetam as mulheres e meninas são causadas por várias razões, que incluem: fatores socioeconômicos e culturais, entre diferentes espaços e ciclos escolares, o que sugere um engajamento forte por parte do governo para garantir que todas as meninas/mulheres tenham direito de continuar os estudos.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau, Evasão Escolar; Mulheres; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

In this monograph, we discussed and understood the need for public educational policies to prevent and combat the dropout of women from elementary school in Guinea-Bissau. We wanted to understand what happens between the desire to study and the socio-economic, cultural and family problems that arise during the schooling cycle of these women. Throughout the study, we presented the data and rates of school dropout between genders, as well as the disparity and inequality between zones. We also discussed the reasons why girls leave school before completing basic education. And we addressed the intervention of the state in creating public policies to combat the school dropout of girls and women throughout the country within the Guinean education system. Methodologically, we applied bibliographic research, in which we analyzed books, theses, monographs, dissertations and papers already published on the school dropout of women and educational policies in Guinea-Bissau, through a review of the literature on the subject, and the data was presented and analysed qualitatively. We also used the documentary research, and analysed documents produced in Guinea-Bissau, and by organizations such as the United Nations (UN), UNICEF, UNESCO, among others, which address issues related to the theme researched in this work. Finally, we conducted field research using semi-structured interviews based on topics. Therefore, the problems of school dropout that affect women and girls are caused by various reasons, including socio-economic and cultural factors, across different spaces and school cycles, which suggests a strong commitment on the part of the government to ensure that all girls/women have the right to continue their studies.

Keywords: School dropout; Women; Educational Policies; Guinea-Bissau

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. METODOLOGIA.....	8
4. DADOS DA EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES NO ENSINO GUINEENSE	9
5. ANÁLISE DE CAUSAS E FATORES DA EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES	17
5.1. DADOS SOBRE A ENTREVISTA COM AS MULHERES QUE JÁ EVADIRAM A ESCOLA.....	22
6. COMBATER A EVASÃO DAS MULHERES.....	28
7. CONCLUSÃO.....	31
8. REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para uma sociedade e deve ser a mais priorizada e preservada dentro desse espaço, sendo ela escolar ou não escolar, ela deve ser garantida a toda população. Enquanto seres sociais, os seres humanos são submetidos aos processos de ensino e aprendizagem em diferentes espaços dentro da sociedade. Na presente monografia, abordou-se a questão de evasão escolar das mulheres e políticas educacionais na Guiné-Bissau. Para tanto, é uma pesquisa que pretende debater o problema da evasão das mulheres no ensino guineense e ao mesmo tempo impulsionar debates sobre a necessidade de adoção de políticas públicas educacionais para combater o problema.

A evasão escolar no ensino guineense, nas escolas públicas, tornou-se mais frequente, a cada nível de ensino à medida que as meninas e mulheres avançam, a permanência é cada vez mais difícil e complicada. Nos últimos anos, os sucessivos governos que assumiram o país, tiveram dificuldades em conseguir negociação com os sindicatos de professores, com isso a greve nas escolas públicas do país foram constantes, e isso está contribuindo muito no aumento da taxa de evasão escolar, isto porque as famílias de baixa renda não possuem meios de colocar os seus filhos em escolas privadas.

Por este motivo questiona-se, a efetividade das políticas públicas educacionais que garantem o acesso e a permanência de estudantes no sistema educativo e dentro das escolas do ensino guineense. Há necessidade de discutir, analisar e compreender a intervenção do Estado em garantir que a política educacional existente para essa área funcione, para garantir a permanência dos discentes no espaço escolar na Guiné-Bissau.

Por este motivo, esta pesquisa objetiva discutir e compreender a necessidade de adotar políticas públicas educacionais para evitar e combater a evasão escolar das mulheres; analisar as causas da evasão escolar das mulheres na Guiné-Bissau; avaliar as políticas públicas educacionais que o Estado deve desenvolver para combater a evasão das mulheres, para garantir a permanência das mulheres no espaço de ensino e aprendizagem.

Em termos metodológicos, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, no qual analisamos livros, teses, monografias, dissertação e artigos já publicados sobre a evasão escolar das mulheres e políticas educacionais na Guiné-Bissau, através da revisão da literatura sobre o assunto e os dados foram analisados qualitativamente. Servirmos também da análise documental com o qual conseguimos analisar os documentos produzidos na Guiné-Bissau e por

organizações como Organizações das Nações Unidas (ONU), UNICEF, UNESCO, entre outras, que abordam questões relacionados à temática pesquisada neste trabalho. Por fim, a análise foi reforçada com as informações coletadas em campo através das entrevistas semiestruturadas.

As discussões feitas nesta pesquisa, tiveram como propósito alertar a sociedade guineense sobre a situação em que se encontram as políticas educativas desenvolvidas pelo Estado, e em especial, as que se referem à questão do acesso e permanência das alunas no ensino. Portanto, esta é mais uma produção acadêmica que pretende contribuir com a literatura já desenvolvida sobre este tema na Guiné-Bissau.

Portanto, este trabalho está assim dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, foi abordada a situação atual da educação na Guiné-Bissau, com especial atenção ao problema da evasão escolar das mulheres e as políticas públicas educacionais do Estado. No segundo capítulo, foi abordada as causas e fatores que levam as mulheres a evadirem-se da escola, a partir de entrevistas das mulheres que já foram afetadas por um dos fatores. E no terceiro capítulo, discutiu-se sobre as políticas públicas para combater a evasão escolar de meninas e mulheres em todo o país no sistema educativo guineense.

2 JUSTIFICATIVA

Este tema justifica-se pela necessidade de compreender como a política pública educacional funciona no ensino guineense, compreender igualmente quais são as políticas educacionais de acesso e permanência das estudantes nas escolas do ensino guineense e na mesma medida analisar as causas e fatores de evasão escolar das mulheres na Guiné-Bissau.

Do ponto de vista pessoal, a necessidade de pesquisar este tema surgiu desde sempre em várias situações que eu observei durante as minhas experiências enquanto aluna nos diferentes níveis de ensino básico na Guiné-Bissau. Quando eu estava cursando 9ª classe, equivalente ao 9º ano de ensino fundamental II, tive que abandonar a escola pública por causa da greve recorrente em função pública guineense. A minha tia continuou na escola, mas ela acabou por abandonar alegando que não tinha nada para aprender na escola, porque estavam a repetir a mesma matéria que já foi estudada. Tive que retornar em uma escola privada que já tinha frequentado por decisão da minha mãe, alegando que não ia aprender nada na escola pública. No meio do ano, me esforcei mais nos estudos para poder passar de classe, também muitos das minhas colegas abandonaram as escolas públicas e recorreram às privadas, mesmo sendo no meio de ano letivo.

Quando terminei a minha 11ª classe, equivalente ao 11º ano, na escola que frequentava não tinha o 12º ano, por esta razão tive que me transferir para uma escola pública, sendo que me formei no mesmo ano que o governo implementou o 12º ano, obrigando a todos a cursar mais um ano para concorrer a uma bolsa de estudo no exterior. Na escola pública enfrentei novamente a dificuldade de greve por quase dois meses. Houve atraso na conclusão do ano letivo, o que viemos a fazer dois meses depois do tempo normal.

Para além disso, eu tive um atraso de 5 anos para começar os meus estudos superiores, pois não tinha condições financeiras para pagar os estudos nas escolas particulares e a minha mãe tinha que apoiar a minha irmã que ainda estava no ensino médio.

Por outro lado, muitas crianças abandonam as escolas por motivos que não são relatados aqui. Pois, mesmo elas tendo o desejo de estar nesse espaço para aprender e poder continuar os estudos e obter um diploma que pode ajudar a melhorar a sua condição financeira, mas não conseguem manter as suas permanências nesse espaço. Por isso a necessidade de compreender e analisar as políticas educacionais que são direcionados para o combater a evasão escolar nas escolas pública guineenses.

Socialmente tratando, muitos guineenses vêm a escola como um espaço para deixar as crianças e livrar -se de estresse em casa por algumas horas ou porque todas as crianças estão indo também por ir. Poucas pessoas conhecem que é o direito da criança estar nesse espaço e que é dever do Estado garantir que as crianças consigam ir e permanecer na escola.

Com este trabalho, queremos contribuir para ajudar a sociedade a saber que o direito a escola deve ser garantido a qualquer cidadão e é um dever do Estado que está garantido na Constituição.

Já no âmbito acadêmico, a pesquisa pretende somar às demais produções que já foram desenvolvidas sobre as políticas educacionais existentes para combater a evasão escolar no ensino guineense e aprofundar as discussões sobre o acesso e permanência das mulheres e meninas discentes no ensino público no país.

3 METODOLOGIA

A pesquisa “é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e com a capacidade de intervenção” (Piana, 2009, p.120), assim o autor acima citado propõe a pesquisa para se compreender qualquer sociedade ou espaço.

Conforme referido na introdução deste trabalho, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, no qual foi analisado livros, teses, monografias, dissertações e artigos já publicados sobre a

evasão escolar no ensino guineense, através da revisão da literatura sobre o tema e os dados foram analisados qualitativamente. De acordo com Gil, “[...] a pesquisa bibliográfica deve ser desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2002, p.44).

Para reforçar a análise, foi adotado igualmente a pesquisa documental, o que permitiu analisar os documentos produzidos na Guiné-Bissau, e por organizações internacionais como Organizações das Nações Unidas (ONU), UNICEF, UNESCO, entre outras, que abordam questões relacionadas à temática pesquisada neste trabalho. De acordo com Piana:

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (Piana, 2009, p. 122).

Por fim, foi feita uma pesquisa de campo, com base nas entrevistas semiestruturadas organizadas em tópicos. Foram entrevistadas as mulheres que já foram afetadas por um dos fatores que causam a evasão escolar, com a idade variada entre 18 e 28 anos, sendo cinco (5) mulheres/meninas. As entrevistas foram embasadas nos seguintes tópicos: (1) motivos da evasão escolar; (2) influência da família; (3) vida após a evasão escolar; e (4) desejo de retorno à escola; (5) sensações e sentimentos após o retorno; (6) causas e fatores que mais influencia a evasão. Segundo Piana, “a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto” (Piana, 2009, p.169).

4 DADOS DA EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES NO ENSINO GUINEENSE

Neste capítulo, foram analisados os dados e índice de evasão escolar entre os gêneros e entre região e zonas urbanas e rurais, onde foram mostrados. Para tanto, os dados a seguir, mostram a escolarização das meninas/mulheres em que conseguem terminar o seu ciclo de escolarização com qualidade e seguir para próxima etapa, e quantos delas não conseguem, por evasão ou reprovação.

A educação é um importante fator de desenvolvimento humano, econômico, social e político e é fundamental para a emancipação das mulheres. A escolarização das mulheres pode ser um fator de transformação social e de promoção da igualdade entre os gêneros. Isso é verdade, uma vez que a educação das mulheres é um fator de desenvolvimento humano e social,

e também tem efeitos na capacidade de escolha das mulheres em relação à sua saúde, carreira e condições de vida. É crescentemente entendido que a educação das mulheres é fundamental para o desenvolvimento social, político e econômico dos países; pois reduz os níveis de pobreza, contribui para uma melhoria da saúde e da nutrição, além de promover o crescimento econômico. Além disso, a educação das mulheres pode ser um fator de transformação social, mudando as relações de gênero e reduzindo a discriminação e a violência contra as mulheres.

No entanto, a Guiné-Bissau ainda enfrenta muitos desafios em termos de educação, como baixa cobertura escolar e a qualidade questionável da educação são problemas crônicos na Guiné-Bissau, contribuindo para o alto índice de analfabetismo no país. O investimento em educação tem efeitos diretos sobre a qualidade de vida das mulheres, já que a educação garante ao cidadão um aumento das oportunidades profissionais, da consciência e da liberdade. Assim, a educação pode ser vista como um meio de garantir às mulheres o acesso a direitos fundamentais e ao exercício de suas capacidades de uma forma mais igualitária e justa. Além disso, a educação também contribui para a formação de uma nova sociedade mais igualitária, mais livre e mais justa, que promove o papel social e político das mulheres.

A evasão escolar das mulheres, o abandono escolar na Guiné-Bissau, é um problema complexo, que envolve diversos fatores, como a violência, a pobreza, a falta de acesso à saúde, ao bem-estar social e à infraestrutura escolar. Ao longo dos anos, o sistema educacional ainda enfrenta dificuldades relacionadas à infraestrutura, ao financiamento e ao alto índice de abandono escolar em todas as regiões do país. Porém, tem havido um crescimento significativo da educação nos últimos anos, especialmente no ensino básico, que é universal, obrigatório e gratuito, segundo a Lei de Bases de Sistema Educativo (LBSE) guineense, no seu “Artigo 12.º disse que é universalidade, obrigatoriedade e gratuidade” e ainda nas suas alíneas 1 a 4, defende que,

- a. O ensino básico é universal e obrigatório. b. Até o 6º ano de escolaridade, o ensino básico é totalmente gratuito. c. A partir do 7º ano de escolaridade, o ensino básico é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades económicas do Estado. d. Ensino básico gratuito significa isenção de propinas, taxas e emolumentos relativos à matrícula, frequência e certificação, assim como uso gratuito de livros e materiais didáticos. (LBSE, 2010, p.06)

Mesmo com esses efeitos, ele ainda apresenta vários problemas e desafios a ser enfrentada, um deles é a evasão, o abandono escolar, mesmo com alguns programas dos avanços ele ainda continua a ser um dos maiores desafios do ensino guineense.

A situação da criança fora da escola é um tema extremamente preocupante. Estima-se que ainda haja muitas crianças fora de escola. Segundo a ficha técnica da Unicef, o documento estima que, “no total, 160 mil crianças estejam fora da escola na Guiné Bissau, metade das quais deveriam estar frequentando o ensino básico “(UNICEF, 2021, p.18). A estimativa de que 160 mil crianças estejam fora da escola no país é muito alarmante e deve ser vista como um problema sério.

Além disso, as crianças que não frequentam a escola tendem a ser as que mais precisam da educação, pois são normalmente oriundas de famílias com baixos rendimentos e sem acesso a serviços básicos. O mesmo documento ainda mostra que os dados da taxa da não-escolarização a cada nível variam.

Podemos ver que “a taxa de não-escolarização na Guiné-Bissau é relativamente constante entre os três níveis de ensino, variando de 28% no 1º e 2º ciclos do ensino básico a 23% no 3º ciclo do ensino básico e, em seguida, 32% no nível secundário” (UNICEF, 2021, p.18). Os dados mostram que a cada nível de escolarização a percentagem aumenta, portanto, existem mais números de crianças fora da escola. Quanto à desigualdade entre os gêneros, os dados nos apresentam que,

A desigualdade de gênero evolui entre os níveis de ensino. Se nos 1º e 2º ciclos de ensino básico os meninos estão um pouco mais frequentemente fora da escola (29% versus 26%), no 3º ciclo do ensino básico é a taxa de não escolarização das meninas é maior. No nível secundário, 36% das meninas estão fora da escola, taxa 12 pontos percentuais superior à dos meninos. (UNICEF, 2021, p.20)

Os dados apresentados demonstram quanto é preocupante a situação das meninas fora da escola. Quanto maior o nível de escolaridade, mais meninas ficam fora da escola, e elas são afetadas com muitos problemas que assolam o nosso sistema de ensino. Entretanto, mesmo com alguns esforços, os desafios são ainda muitos e a progressão na escolarização tem sido lenta. É preciso aumentar a participação feminina na vida escolar e na vida pública para que as mulheres possam ter maior empoderamento e poder de decisão.

Em comparação com as zonas onde vivem as crianças não escolarizadas nos 1º e 2º ciclos de ensino básico, a zona urbana está com 11%, e a rural com 36. No 3º ciclo do ensino básico, a taxa de não escolarização na zona urbana é de 18%, e no rural 27%. E no nível secundário, a taxa da zona urbano é de 28% e no rural é de 35%. Também os dados mostram que quanto maior for o nível da escolarização, maior é o índice das crianças fora de escola.

A seguir, seguem as taxas de UNICEF de 2021, que apresentam a percentagem de não escolarização de crianças em cada regiões, considerando diferentes níveis de escolaridade.

Tabela 01: Percentagem de não escolarização dos 1º e 2º ciclos de ensino básico nas regiões da Guiné-Bissau.

Regiões	Taxa de não escolarização
Tombali	26%
Oio	48%,
Biombo	13%
Bolama/Bijagós	20%,
Bafatá	31%,
Gabú	47%,
Quinara	16%
Cacheu	5%
SAB	22%

Fonte: UNICEF (2021)

<https://www.unicef.org/guineabissau> > pt

Como se pode observar, existem altas taxas de não escolarização das meninas nos praticamente em todo país, mas a situação se torna mais alarmante no interior, com destaque para regiões de Gabu, Bafatá onde predominam a maioria população da religião islâmica, o que pode ajudar na explicação deste fenômeno. De igual forma, a região de Oio, apresenta uma alta taxa de não escolarização das meninas, sendo região predominado pela etnia Balanta, uma das mais populosas do país.

Tabela 2: Percentagem de não escolarização do nível secundário nas regiões da Guiné-Bissau

Regiões	Taxa de não escolarização
Tombali	22%
Oio	35%,
Biombo	15%
Bolama/Bijagós	22%,
Bafatá	36%,
Gabú	47%,
Cacheu	14%
Quinará	22%
SAB	35%

Fonte: UNICEF (2021)

<https://www.unicef.org/guineabissau> > pt

No nível secundário, a preocupação é bem maior, pois, para além das altas taxas verificadas no interior nos níveis elementares, próprio sector autónomo de Bissau tem também alta taxa de não escolarização das meninas. Sendo capital do país, que alberga mais condições, deveria ter mais meninas estudando, mas pelo visto, não passa da alarmante situação em que se encontra o abandono das escolas parte das meninas no país.

O investimento em educação é essencial para assegurar o futuro da nação, e deve ser prioridade para todo o governo. A escolarização ajuda a reduzir os níveis de pobreza e promover a inclusão social. Ter mais crianças na escola vai ajudar no crescimento humano, social e cultural na sociedade.

Na Guiné-Bissau quando se trata das mulheres é um problema complexo, com múltiplas causas que afetam várias mulheres, como as barreiras que impedem elas de desenvolver os seus potenciais. A evasão escolar feminina na Guiné-Bissau é um problema muito sério, com mais de 40% das meninas abandonando a escola antes do nono ano.

Além disso, existem disparidades significativas por região e entre as classes sociais isso tem um impacto significativo no desenvolvimento social, económico e político do país. As mulheres que abandonam a escola têm maiores taxas de desemprego, salários mais baixos e menos oportunidades para melhorar a sua vida.

Entre as zonas, os que mais foram afetados são as “crianças de meio urbano, estão mais representadas entre as que abandonam, talvez porque mais crianças urbanas estejam na escola (UNICEF, 2021, p. 32). Isso é um interessante ponto, demonstra como a localização geográfica pode ser um fator relevante na questão do abandono escolar. Os fatores regionais e geográficos, tais como acesso à escola, qualidade da infraestrutura e contexto cultural e familiar, têm um papel importante na escolarização. Isso deve ser levado em consideração ao planejar e implementar políticas públicas para promover a escolarização.

Os dados, em cada ciclo de escolarização, varia entre esses ciclos, no 1º e 2º ciclo do ensino básico é 58% de crianças que abandonam a escola, no 3º ciclo do ensino básico é 20% que abandonam e no nível secundário a percentagem é de 22% de crianças que abandonam (UNICEF, 2021).

O mesmo documento nos apresenta que “a maior parte do abandono escolar ocorre no ensino básico (58 por cento), o mesmo é verdade no caso da repetição” (UNICEF, 2021, p.32). A evasão escolar tende a ocorrer na primeira fase do ensino. Talvez isso seja porque é na fase inicial do desenvolvimento educacional que as crianças têm mais dificuldades em se adaptar, devido ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional ainda em construção.

É de suma importância a efetivação de políticas que visem melhorar a qualidade do ensino básico e reduzir a evasão, já que isso pode prejudicar o desenvolvimento humano das crianças. Ainda, a atenção à evasão escolar nas fases iniciais deve ser um foco prioritário do governo, é onde a criança precisa mais de apoio para poder se adaptar a esse meio.

A frequência escolar, ou a condição de estar frequentando a escola, também é um fator importante na questão do abandono escolar. No caso da Guiné-Bissau, a frequência escolar é menor nas crianças do sexo feminino, o que pode ser indicativo de que as meninas têm mais dificuldade de se manter na escola, o que é causado por muitos fatores sociais, econômicos e culturais. Em suma, a promoção da frequência escolar é uma das estratégias principais para reduzir o abandono escolar, de forma a criar condições para que todas as crianças possam ter uma educação de qualidade e completa, independentemente da sua condição social, cultural ou financeira. Segundo o relatório da Unicef 2022, indica que “um terço das crianças em idade escolar não frequentam a que muitas das que o fazem carecem de condições propícias à aprendizagem, incluindo professores qualificados, material escolar e instalações de água e saneamento adequado. Apenas um quarto das escolas oferecem um ciclo completo de seis anos de ensino primário” (UNICEF, 2022, p.15). É um desafio para o estado da Guiné-Bissau, garantir todas essas condições necessárias que a escola precisa para os estudantes, terem uma aprendizagem plausível. Pois se não existe isso, afeta não só a qualidade do ensino, mas também a qualidade de vida das crianças, e ainda as crianças que estejam na escola, não estão recebendo o ensino de qualidade que merecem. O problema que afeta a qualidade de educação é preocupante, é preciso fortalecer a rede pública de ensino, melhorar o treinamento dos professores e a disponibilidade de recursos básicos, tais como água e energia elétrica.

Olhando para o ensino pré-primária ele nos apresenta que:

Embora a aprendizagem precoce seja crucial para o sucesso escolar, a maioria das crianças não têm acesso a serviços de educação pré-primária. Muitos centros de aprendizagem precoce são privados e com mensalidades acima do alcance da maioria das famílias. Em 2018, apenas 14,3% das crianças dos 36 aos 59 meses frequentaram um programa de educação infantil precoce, com grandes disparidades entre regiões. Por exemplo, apenas 3% das crianças têm acesso à educação pré-primária na região centro norte de Bafatá, em comparação com 53,5% na região da capital, Bissau. Os materiais pedagógicos são insuficientes para crianças e professores, e muitos centros carecem de pontos de água e/ou latrinas funcionais. (UNICEF, 2022, p.15)

Investir em educação pré-primária é necessário, para que as crianças sejam melhor preparadas quando entrarem na escola formal com qualidade. É preciso trabalhar em vários setores, como melhorias na infraestrutura escolar, aumento do investimento em professores bem qualificados, melhoria do material pedagógico e formação continuada de professores. Só assim

será possível garantir que as crianças tenham acesso à educação de qualidade e oportunidades de aprendizado.

Além dessas questões, “cerca de 27,7% das crianças em idade de ensino primário não frequentam a escola, com mais de 10% nas áreas urbanas e mais de 36% nas rurais” (UNICEF, 2022, p.16). Desproporcionalmente, as crianças rurais são mais afetadas, em comparação com as urbanas. O governo deve considerar as especificidades da educação rural ao planejar políticas de melhoria da educação nessas zonas, permitir que elas tenham a mesma condição de acesso à escola e outros benefícios que vão facilitar seus aprendizados.

Quanto ao gênero “o Índice de Paridade de gênero melhorou no ensino primário, tendo atingido 1,00 (paridade), mas continua a ser um desafio no ensino secundário, situando-se em 0,89 para o respetivo primeiro ciclo, com mais rapazes do que raparigas na escola” (UNICEF, 2022, p.16). A Guiné-Bissau precisa investir na educação das mulheres para se tornar um país mais justo e equitativo, e esta será a única forma de aumentar o desenvolvimento econômico e aumentar a qualidade de vida da população, independentemente do gênero.

Ainda [...] “um estudo realizado em 2020 concluiu que os rapazes de 12 anos com deficiência tinham, em média, 3 anos de atraso em relação aos rapazes sem deficiência e as raparigas de 12 anos com deficiência tinham 4 anos de atraso em relação às suas colegas sem deficiência” (UNICEF, 2022, p. 16). Mesmo com as crianças com deficiência se verifica a desigualdade entre os gêneros. É necessário conscientizar a nossa sociedade, em relação ao acesso à educação. A criança poderá desenvolver e aprimorar seus recursos, aprender habilidades e competências e, a médio e longo prazo, também é preciso romper com a ideia de que uma criança com deficiência não pode aprender. Todas as crianças têm as suas habilidades e limitações de aprendizagem.

A alfabetização tem um papel importante no desenvolvimento cognitivo, social e econômico das crianças, bem como no acesso à informação e às oportunidades no futuro. A alfabetização também é uma ferramenta essencial para combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida das famílias na Guiné-Bissau. A promoção da leitura e da escrita é fundamental para o desenvolvimento do país e deve ser uma prioridade para o governo e criar programas de alfabetização e o aumento do número de professores alfabetizadores são medidas essenciais para melhorar a educação, dar a todas as crianças a oportunidade de aprender a ler e a escrever desde cedo, pois isso pode ajudá-las a ter uma vida melhor na sociedade. Ainda “a educação é um requisito prévio e fundamental para combater a pobreza, empoderar as mulheres, proteger as crianças de trabalho perigoso e abusivo, promover os direitos humanos e a democracia, proteger o ambiente e influenciar o crescimento da população” (MICS5, 2016, p.

202). E pode ser um poderoso instrumento para a promoção do desenvolvimento social e econômico, a redução da desigualdade e a melhoria da qualidade de vida das famílias.

No Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014 realizado por ministério da Economia e Finanças Secretaria de Estado do Plano no país:

[...] indicam que apenas metade das mulheres jovens (51%) e um pouco mais de dois terços dos homens jovens (70%) na Guiné-Bissau são alfabetizados. Das mulheres que declararam que o ensino primário era o seu mais alto nível de instrução, apenas 33% eram na realidade capazes de ler a frase que lhe foi mostrada e 49% entre homens da mesma idade. (MICS5, 2016, p. 199)

Esses números mostram um grave défice na capacidade de leitura e tem impactos sérios para a população, principalmente as mulheres, que ficam mais vulneráveis ao abuso, ao trabalho forçado e à violência. O mesmo documento apresenta os dados de alfabetização entre as zonas, e nos resultados podemos ver o índice de disparidade entre os gêneros. Há uma larga percentagem de predominância dos homens alfabetizados. Olhando para os dados nos mostra que,

Quanto ao meio de residência, o nível de alfabetização das mulheres jovens no meio rural é três vezes menor que o do meio urbano, representando 25% e 73%, respectivamente. E para os homens jovens a relação é de 54% no meio rural e 86% no meio urbano. Em termos gerais, o nível de alfabetização no meio urbano é mais elevado do que o do meio rural, tanto para mulheres jovens, assim como para homens jovens e com maior predominância dos homens. (MICS5, 2016, p.199)

As políticas públicas que incentivam a permanência dos estudantes a ir à escola é preciso, e também a promoção da educação no meio rural, que ajuda as crianças e jovens a serem alfabetizados com qualidade. Para as mulheres é preciso um programa de conscientização por meio de programas de apoio social. “No que concerne às Regiões, Gabú apresenta o nível de alfabetização mais baixo entre mulheres e jovens de 15-24 anos (22%), assim como também entre os homens jovens (36%), enquanto que o SAB apresenta o nível de alfabetização mais alto entre os jovens de 15-24 anos (mulheres (77%) e homens (88%))” (MICS5, 2016, p. 199). O investimento em infraestrutura educacional no meio rural, como escolas e bibliotecas, pode ser muito importante para reduzir as diferenças regionais notáveis em termos de alfabetização no país. Também essas políticas podem melhorar a vida das crianças no meio rural, promovendo um crescimento econômico e social sustentável.

No relatório apresentado pelo Unicef 2022, apela que “o sector da educação necessita de uma reforma. Esta é a realidade na Guiné-Bissau. Muitas crianças não têm acesso à educação

e muitas das que o têm não estão a aprender porque a qualidade está abaixo do padrão desejável” (UNICEF, 2022, p. 16). Uma reforma que deve focar-se em melhorar a qualidade da educação, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação básica e secundária de qualidade, mesmo que ele seja universal, gratuito e abrangente ainda falta muito a ser feito.

5 ANÁLISE DE CAUSAS E FATORES DA EVASÃO ESCOLAR DAS MULHERES

Neste capítulo analisamos as principais causas que levam as mulheres a evadir-se da escola, antes de terminar o ensino básico. Os problemas sociais, económicas e culturais que as mulheres enfrentam ao longo do ensino básico, que a impedem de terminar os ciclos escolares, contribuem nas elevadas taxas de evasão que já foram apresentados. Também apresentamos as entrevistas feitas com mulheres que foram afetadas por umas dessas causas.

A evasão escolar das mulheres na Guiné-Bissau é um tema muito pertinente e preocupante, várias organizações e estudos já apontaram várias causas que constituem para evasão, em diferentes fases da educação. O Inquérito aos Indicadores Múltiplos (2014); Fala de Mindjer (2018); Ficha Técnica Unicef (2021); e Margens de Manobra para o Desenvolvimento do Sistema Educativo numa Perspetiva de Universalização do Ensino Básico e Redução da Pobreza (2013), apontaram a gravidez precoce como a causa de vários casos de evasão escolar de mulheres. Segundo o relatório Fala de Mindjer,

[...] a maternidade precoce, considerada uma desonra para a família, pois exerce uma influência negativa na instrução e formação das raparigas. Assim, os pais, para preservarem a honra da família, interrompem a formação das suas filhas para dá-las em casamento, mesmo que gostassem de a ver formada (Fala de Mindjer, 2018, p.46).

Muitos pais e chefe da família por vergonha eles preferem casar as filhas, impossibilitando-as de ter ou continuar a formação por casamento, em vez de apoiar e ajudar as filhas a continuar na escola. Como é o caso desse pai “eu tenho medo de ver a minha filha grávida, por isso mesmo com dez anos, se ela conseguir um homem, eu dou-lhe em casamento” (Fala de Mindjer 2018, p. 46). O medo, leva muitos responsáveis de família a casarem as filhas antes da idade.

De acordo com o Inquérito aos Indicadores Múltiplos, realizado no país em 2014, indica que:

O casamento antes dos 18 anos é uma realidade para muitas jovens. Em muitas partes do mundo os pais encorajam o casamento das suas filhas quando ainda são crianças na esperança de que o casamento os beneficie financeira e socialmente, ao mesmo tempo que diminui as dificuldades financeiras da família. Na realidade o casamento infantil é uma violação dos direitos humanos, comprometendo o desenvolvimento das meninas e resultando muitas vezes em gravidez precoce e isolamento social, com pouca instrução e formação profissional, reforçando a natureza de gênero da pobreza. O direito ao consentimento ‘livre e total’ com um casamento é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos – com o reconhecimento de que o consentimento não pode ser ‘livre e total’ quando uma das partes envolvidas não é suficientemente madura para tomar uma decisão fundamentada sobre um parceiro para a vida. (MICS, 2014, p.227-228).

Mesmo sendo uma violação aos direitos humanos e direito das crianças, ainda essa prática se verificada no país. Prejudicando as mulheres, limitando-as de exercer os seus direitos e impossibilitando-as de ter a oportunidades de melhorar as suas condições sociais e econômicas. Deve-se a grandes conquistas de mulheres na tomada de decisão em suas casas e na sociedade em que elas estão inseridas.

A formação das raparigas depende muito da importância que a família atribui ou não ao casamento, em detrimento da formação e emancipação da mulher. Quanto maior for a identificação da família com o idealismo social dominante, “mulher é em casa” menor será a probabilidade da escolarização da rapariga e prosseguimento da formação avançada. Isto porque se acredita que, quanto maior for o nível de instrução da rapariga, maior é a probabilidade de recusar o casamento arranjado pela família e menor será a sua submissão no casamento. (Fala de Mindjer, 2018, p.47).

O casamento e a gravidez forçada são práticas que desrespeitam gravemente os direitos humanos e põem em risco a saúde e o futuro das mulheres. É necessário a educação das mulheres, quando maior for o nível da escolarização de uma mulher, menor é a probabilidade de ela se casar antes de 18 anos, menor é a possibilidade de ela evadir a escola.

A Avaliação Sumativa da Iniciativa “escolas amigas das crianças ”(EAC) na Guiné-Bissau 2011-2019 (2020), defende três pontos como os fatores da evasão escolar no país, e uma delas é a entrada tardia dos alunos nas escolas. Segundo o relatório:

O abandono escolar é atribuível a três fatores em particular: (i) a entrada tardia na escola (as crianças na Guiné-Bissau entram na escola em média quatro anos mais tarde do que a idade oficialmente especificada); (ii) repetição excessiva de alunos (mais de 20% dos que estão no ensino primário); e (iii) as poucas escolas que oferecem o ciclo primário completo de seis anos (apenas 25% das escolas). (ASIEACG-B 2011-2019, 2020 p. 13)

Esses três fatores foram definidos por esse relatório como a causa da evasão, nesse sentido a política educacional precisam considerar as especificidades culturais de cada grupo social, para que todos possam ter acesso ao ensino e a aprendizagem com a idade certa, criar política que combate as repetências dos estudantes no ensino primário e alargar mais ciclos de

ensino básico. Devem ser considerados na política educacional e devem influenciar todos os aspectos da prática pedagógica na atuação da escola. O acesso à água, saneamento e higiene, foi citado pelo Relatório da Unicef (2022), como a causa de evasão escolar das mulheres na Guiné-Bissau, muitas escolas carecem dessas necessidades básicas, que uma menina pode precisar durante sua estadia na escola.

As escolas também carecem de cobertura de ASH adequada. Dois terços das escolas (66%) não têm instalações para lavagem das mãos. Apenas 8% das escolas dispõem de um poço com água canalizada, embora 44% tenham um poço com bomba manual. Cerca de 17% das escolas primárias que ministram aulas do 1.º ao 4.º ano simplesmente não têm água. O saneamento nas escolas é básico, com dois terços das escolas a disporem apenas de uma latrina de fossa com laje. (UNICEF, 2022, p.11)

O acesso e a qualidade das instalações de saúde, saneamento e higiene (ASH) são fundamentais para promover a saúde e o bem-estar dos alunos e também para garantir um ambiente de ensino limpo, seguro e agradável. Ainda:

A saúde e a higiene menstruais constituem um desafio para as raparigas em idade escolar, com apenas 34% das escolas a disporem de água e sabão nos cubículos das sanitas femininas e apenas 9% a terem um caixote do lixo coberto para descarte de materiais de higiene menstrual nas sanitas femininas. Apenas 3% das escolas dispõem de descarte adequado de resíduos de higiene menstrual. (UNICEF, 2022, p.11)

Poucas escolas têm as condições básicas de saneamento e higienização das meninas, durante a menstruação. É fundamental que as escolas tenham acesso a água e sabão nos cubículos das sanitas femininas para promover a higiene menstrual e o bem-estar das alunas. O estado deve garantir o bem-estar e a proteção física e emocional de todos os alunos, independentemente de suas características culturais, sociais, econômicas, étnicas, raciais, de gênero, etc. Todos devem se sentir seguros nesse espaço, que é a escola, e todos devem conseguir exprimir as suas necessidades básicas nesse espaço de ensino e aprendizado, uma atenção especial às mulheres.

De acordo com o relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010/2012, eles apontam o fator socioeconômico como uma das principais causas que fazem as meninas abandonarem a escola.

As crianças provenientes de famílias mais abastadas têm 90% de possibilidades de aceder à escola, enquanto que aquelas originárias de famílias mais pobres têm apenas 65%. Estas disparidades manifestam-se mais quando se progridem para os níveis mais elevados do ensino. Com o efeito, as crianças de meios sociais mais favorecidos têm cinco vezes mais possibilidades de terminar o ensino básico e oito vezes mais chances de aceder ao ensino secundário do que aquelas de famílias mais pobres (LGDH, 2010/2012, p. 65).

A pobreza afeta a escolarização dos ambos os sexos, mas a família opta mais na escolarização de menino, em detrimento a menina. De acordo com o relatório Fala de Mindjer (2018), em “uma família com recurso económico e financeiro limitado prefere investir na escolarização do rapaz, sacrificando a menina que se acredita “não pertencer à família” porque um dia irá casar e deixar o lar para pertencer a outra família”. Isso que Baticã afirma que:

na Guiné-Bissau, observa-se de forma evidente desigualdades estruturais entre os homens e as mulheres, meninas e rapazes, ditadas pelo contexto sociocultural e económico e por circunstâncias sociais e políticas específicas, que colocam as mulheres em situação de desvantagem, com um fraco exercício para desenvolverem o seu pleno potencial e gozar dos seus direitos humanos (Baticã, 2015, p. 05).

A sociedade, a família no nosso país cria um padrão entre os sexos, onde o homem tem mais poder e importância dentro da família, e quem é sempre crucificada é a mulher, ela que tem que abdicar das suas oportunidades, dos seus direitos em relação ao outro, sempre deve ser a mulher a sacrificar os seus sonhos, para realizar os sonhos de outros. A Guiné-Bissau precisa investir na educação das mulheres, ainda “o acesso das raparigas ao ensino, tanto básico como secundário é ainda fraco e a discrepância entre os sexos acentua-se à medida que as crianças avançam para níveis superiores do ensino” (Furtado, 2005, p. 504). O investimento da escolarização das mulheres em família é importante, vai ajudar no crescimento da família, da sociedade e do país, contribuindo no aumento da qualidade de vida da população, independentemente do gênero.

Os estereótipos culturais, religiosos e familiares que dominam a sociedade guineense afetam um grande número de meninas, atributos que acompanham-na em diferentes lugares e posições sociais. Mesmo quando as mulheres conseguem atingir altos níveis de sucesso e autoridade, são continuamente pressionadas a assumir o papel de cuidar da casa e da família. Isso reforça a desigualdade e reduz as oportunidades para a igualdade de gênero.

[...] meninos e homens jovens geralmente aprendem que precisam ser categóricos, sexualmente ativos, não emocionais e autoritários, para serem considerados “masculinos”. Meninas e mulheres jovens tendem a ouvir que precisam ser submissas, obedientes, delicadas e quietas, para serem consideradas “femininas” (Baticã, 2015, p.08).

Esse tipo de socialização, em que os géneros são presos a atributos e comportamentos restritos e preconceituosos, pode levar a comportamentos nocivos e potencialmente prejudiciais para a saúde e o bem-estar das pessoas. Na sociedade guineense:

Ao longo da sua vida, a mulher guineense é educada e preparada para o casamento, fazendo disso o seu objetivo primário. Para um bom cumprimento dessa função, ela muito cedo é ensinada a ser submissa e acreditar que precisa de alguém para tomar conta dela [...] As mulheres são educadas para verem no casamento uma saída para um futuro desejado, por isso as mães quando agradecem às filhas dizem: “Queira Deus que consigas um bom marido” (FALA DE MINDJER, 2018, p. 47).

Esse tipo de condicionamento limita as mulheres a se viverem a si mesmas como seres dependentes, quando na verdade são igualmente capazes e merecedoras de realizar seus próprios sonhos e escolhas.

Para Margens de Manobra para o Desenvolvimento do Sistema Educativo numa Perspectiva de Universalização do Ensino Básico e Redução a Pobreza (2013), apontaram dois causas de evasão escolar:

A pesquisa ILAP 2002 confirma esta hipótese, uma vez que a principal razão do abandono escolar é o trabalho infantil (32 %). O segundo motivo mencionado é o casamento da criança (29 %), motivo que abrange essencialmente as raparigas. Estas duas razões enumeradas pelas famílias para explicar o abandono escolar devem-se sem dúvida a uma entrada tardia na escola, bastante para além da idade legal (70 % dos alunos do primeiro ano tinham 10 anos ou mais 2005/06). (MMDSEPUEBRP, 2013, p.64).

O trabalho infantil afeta uma grande parcela das crianças, dificulta escolarização e o desenvolvimento escolar do ensino e aprendizagem de muitas crianças, culminando em evasão. A educação das crianças depende muito dos comprometimentos com as causas sociais e cidadãos críticos e participativos, é fundamental para a construção de uma sociedade mais equânime. Também o mesmo texto aponta que a distância entre escola e a casa é outro fator da evasão, “a distância entre o domicílio e a escola mais próxima é uma variável que influencia, de um modo geral, a frequência no Ensino Básico: quanto mais a escola é distante de casa, maior é o risco de a criança não ir à escola ou a abandonar ”. Isso tem um impacto significativo na frequência escolar. Além da questão logística, o deslocamento diário à escola pode gerar gastos com transporte ou refeições, o que pode ser um fardo considerável para algumas famílias, principalmente em áreas rurais ou em regiões carentes de infraestrutura.

A evasão escolar é uma questão complexa e multifacetada, que exige uma abordagem global, envolvendo o governo, as escolas, as comunidades e as famílias. Por isso,

Para elevar a discussão sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade, é crucial identificar e incluir figuras legítimas que desempenham um papel na definição de regras e práticas sociais e políticas. É importante trabalhar com pessoas influentes a nível local como os chefes tradicionais e líderes de partidos políticos, que têm o potencial de influenciar e provocar as mudanças de comportamento necessárias para uma maior aceitação do papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão. Ao

emponderá-las, criam-se condições para uma maior apropriação do problema e das suas soluções. (Fala de Mindjer, 2018, p.55).

A participação e o envolvimento de figuras com autoridades sociais e influentes localmente, é extremamente importante para promover a mudança. Com o seu apoio, as práticas antigas e preconceituosas podem ser desmanteladas e promover-se a igualdade de género, o que resulta numa sociedade mais liberal. Muitas vezes é difícil para as mulheres garantirem uma educação de qualidade e completa, porque existem inúmeros obstáculos que podem levar à evasão escolar, e a situação política do país que não favorece.

5.1 DADOS SOBRE A ENTREVISTA COM AS MULHERES QUE JÁ EVADIRAM A ESCOLA

Foram entrevistadas as mulheres que já foram afetadas por um dos fatores que causam a evasão escolar, e tenham entre 18 a 28 anos, sendo cinco (5) mulheres/meninas. As entrevistas foram embasadas nas seguintes perguntas: (1) Qual motivos da evasão escolar? (2) Que influência a sua família teve na tomada de decisão? (3) Como é a vida após a evasão escolar? e (4) Qual é o desejo de retorno à escola? (5) Qual é a sensação e sentimentos após o retorno? (6) Quais causas e fatores que mais influenciam a evasão?

A evasão escolar tem afetado muitas mulheres, nas entrevistas feitas, as mulheres entrevistadas nos apresentam as suas dificuldades e como a evasão a escola afetou as suas vidas.

Qual é o motivo da evasão escolar?

Entrevistada 1:

Deixei de estudar por causa de gravidez. Quando estava estudando 9ª classe (9º ano), fiquei grávida, isso gerou muita briga na minha família, o meu pai culpava a minha irmã mais velha por eu ter engravidado, ele deixou de falar comigo, e me expulsou de casa. Então foi morar com meu namorado, na casa dos pais dele, e deixou de pagar propina da escola para mim, então não tive como continuar a estudar. Como eu não trabalhava e nem ele, procuramos o trabalho, e só ele conseguiu. Trabalhava e estudava e com esse trabalho nos sustentamos. Na altura eu tinha 15 anos e meu namora 18 anos.

Entrevistada 2:

Comecei a estudar na minha aldeia, depois a minha tia me trouxe para Bissau, passei alguns anos sem estudar, até que ela me matriculou em uma escola, para estudar 5º ano, eu já tinha 14 anos. Na minha turma tinha muitas meninas com idade muito menor que a minha, eu tinha muita dificuldade em aprender algumas matérias. Com ajuda do meu primo em casa

acabei me aprendendo mais. No 6º ano me engravidei, deixei de ir para escola porque tinha vergonha dos meus colegas e professores.

Entrevistada 3:

Não fiz a faculdade, porque os meus pais falaram que não tinham condições para pagar a minha faculdade, eu tinha que esperar até o meu irmão terminar o seu estudo em Marrocos. Eles falaram que faltavam só dois anos. Depois desse ano, o meu irmão mais novo terminou o ensino médio e mandaram ele estudar em Rússia e eu fiquei em Bissau. Uma amiga me falou da bolsa de estudo do Brasil, fui fazer o concurso sem meus pais saberem, quando passei falei para os meus pais, mas eles não concordaram. Então falei para o meu irmão para me ajudar a convencer os meus pais, porque eles não queriam que eu viesse estudar no Brasil, porque aqui é perigoso e muitas meninas acabam engravidando.

Entrevistada 4:

Mudei de aldeia, fui para outra aldeia porque o meu pai me deu em casamento para o filho de um amigo dele, eu aí para escola na casa dos meus pais, mas lá me proibiram porque eu sou mulher casada, foi o que o meu sogro disse, falou que na escola nos ensinam a desrespeitar o nosso marido. Quando eu parei, estava estudando 8º ano.

Entrevistada 5:

Parei de frequentar a escola, porque a minha mãe ficou doente, eu tive que voltar para minha aldeia para cuidar dela e dos meus irmãos. Na minha aldeia não tinha 7º ano, que era a classe que eu estava estudando, perdi dois anos, e minha mãe veio a falecer, e eu voltei para Bissau, já grávida e casado, porque eu e meu namorado viemos juntos para Bissau.

Como podemos observar nessas entrevistas, todas as meninas deixaram a escola ainda no ensino básico, em diferentes ciclos. Como foi apresentado em dados desse trabalho, por diferentes autores, existem várias causas que impossibilitam as mulheres de continuarem a escolarização. Neste sentido, é necessário avaliar e identificar as barreiras de acesso ao ensino e aprendizagem de cada aluno e oferecer os recursos e a estruturação adequada do ambiente escolar para garantir a qualidade da aprendizagem das mulheres, de acordo com a dificuldade de cada uma.

Ainda podemos ver nas entrevistas que a gravidez precoce é apontada por maioria como a causa da evasão. A gravidez constitui um dos grandes problemas da família guineense. Em uma auscultação feita em Mansoa, uma das regiões da Guiné-Bissau, a declaração de um pai foi. “Eu tenho medo de ver a minha filha grávida, por isso mesmo com dez anos, se ela conseguir um homem, eu dou-lhe em casamento.” (Fala de Mindjer, 2018, p.46). A decisão de dar casamento a uma mulher muitas vezes é por causa do medo dos pais com as

filhas, de elas ficarem grávidas antes do casamento, que constitui, no entendimento da sociedade guineense, uma desonra à família, mesmo se isso vai prejudicar a menina, mas a honra da família tem que ser mantida.

Que influência a sua família teve na tomada de decisão?

Entrevistada 1:

Muita influência, principalmente o meu pai, foi ele que me expulsou da casa e ainda recusou de continuar a pagar a minha mensalidade na escola. Os meus irmãos também tiveram, porque estavam de acordo com a decisão do meu pai. Eram só a minha mãe e irmã que estavam contra a decisão.

Entrevistada 2:

Nenhum, fui eu que tinha a vergonha de ir para escola, porque a sociedade me julgava e na escola alguns professores e alunos também falavam muito mal comigo.

Entrevistada 3:

Muita, os meus pais optaram pela educação dos meus irmãos, e me deixaram de lado. E ainda quando consegui uma bolsa, eles foram contra, se não era o meu irmão mais velho, não ia conseguir estudar.

Entrevistada 4:

Sim minha família teve, porque foi meu pai que decidiu me dar em casamento, por questão cultural, a minha madrasta não se opôs contra. E quando me proibiram de ir à escola, ninguém se manifestou contra isso.

Entrevistada 5:

Não, ninguém, a minha mãe precisava de mim, porque eu sou mais velha. Também não tinha como continuar os estudos porque não tinha o ensino fundamental II.

As influências das famílias na sociedade guineense começam desde os primeiros momentos, ela vem de forma cultural, religiosa, étnica e social, e te acompanham ao longo da vida. De acordo com o relatório Fala de Mindjer (2018),

Desde a tenra idade, a família, instituição primeira do indivíduo, educa as crianças dentro de um padrão social que espelha o “interesse” atribuído a cada um dos sexos no seio da família e na comunidade. Assim, aos rapazes são inculcados o sentido de liderança e coragem para enfrentar e superar as adversidades enquanto às raparigas é valorizado o sentido de obediência, submissão e zelo. Esta prática não favorece às meninas e mulheres o desenvolvimento da autoestima, uma vez que lhes são inculcadas a submissão aos homens. A expressão comumente utilizada desta prática é: “homem não chora; mulher é sofredora”. (Fala de Mindjer, 2018, p.45).

As práticas discriminatórias entre os gêneros que dominam a sociedade guineense, impossibilitaram e ainda impossibilitam as mulheres de desenvolverem suas capacidades,

fizeram com que muitas meninas deixassem a escolas isso por falta de ter a decisão em suas mãos, por falta do incentivo dos pais, da sociedade e por falta das políticas educacionais que podem acompanhá-las em fases difíceis na educação.

Como é a vida após a evasão escolar?

Entrevistada 1:

No início foi difícil, porque tive que lidar com a gravidez e a ira do meu pai, mas com ajuda da minha mãe, que levou a minha filha depois que eu parar de amamentar ela, tudo voltou ao normal.

Entrevistada 2:

Normal, não dei muita atenção na época.

Entrevistada 3:

Difícil, porque as minhas colegas muitas estavam a estudar em diferentes países e outros em Bissau. Quando falo com elas, o relato sobre a suas vidas escolares, eu ficava muito mal, e com raiva dos meus pais.

Entrevistada 4:

Difícil no início, mas acabei me acostumando, porque naquela aldeia onde morávamos, nenhuma menina casada ia para escola, os que são da minha religião, os outros iam, mas nós não.

Entrevistada 5:

Normal, eu estava cuidando da minha mãe e irmãos, e também não tinha escola para mim na minha aldeia.

Quando uma mulher evade a escola a dificuldade de desigualdade social aumenta, o seu desenvolvimento humano e acadêmico é posto em causa, aumenta a analfabetismo, e isso causa a baixa autoestima. De acordo com Baticã, “o Empoderamento feminino, traz uma nova concepção do poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades partidas. ” (Baticã, 2015, p. 33) O empoderamento, pode ajudar as mulheres a ter mais confiança, e coragem para enfrentar as dificuldades que aparecem ao longo do seu ciclo escolar, é necessário que a escola, e a família trabalhem muito no empoderamento feminino.

Qual é o desejo de retorno à escola?

Entrevistada 1:

O desejo foi grande, lutei e minha mãe me ajudou com a minha filha e voltei.

Entrevistada 2:

Não muito porque continuei com a vergonha, e não queria voltar à minha antiga escola.

Entrevistada 3:

Muito grande, quero me formar no curso que eu sempre sonhei em formar.

Entrevistada 4:

Grande, mas não tinha como me retornar para escola, então não alimentei mais essa sensação.

Entrevistada 5:

Muito grande, estava com saudade das minhas colegas da escola, e também da escola.

A escola deve ser um espaço que acolhe e agrega e apoia mais as meninas. Mas segundo o relatório Fala de Mindjer (2018), “a escola não oferece um quadro alternativo para reforçar o desenvolvimento da autoestima e confiança das meninas.”, eles ressaltam que a escola deveria ser “um lugar de socialização público que podia servir de instrumento para corrigir a discriminação, revela, até então, a extensão da prática familiar através das tarefas que ocupa cada sexo na sala de aula ou nas cantinas escolares.” Essa prática deve ser combatida, para que possamos ter uma sociedade mais igualitária.

Qual é a sensação e sentimentos após o retorno?

Entrevistada 1:

Foi grande, porque voltei com a sensação que eu tenho que estudar para convencer o meu pai, que sem a sua ajuda vou conseguir estudar.

Entrevistada 2:

Confortável, porque eu estava em outra escola, que ninguém me conhecia, e também meus colegas de turma tem a mesma faixa etária que a minha.

Entrevistada 3:

Foi incrível, porque poder estudar o curso que você sempre sonhou... , foi muita emoção.

Entrevistada 4:

Não sei, porque nunca retornei para escola normal, fiz alguns estudos de línguas, mas à escola, normalmente, não voltei.

Entrevistada 5:

Um pouco estranho, porque não voltei para minha antiga escola, e agora não tenho mais como gostar da escola, porque trabalho, cuido dos meus filhos e irmão e tenho que estudar, é tudo diferente.

O estado, a escola e a sociedade têm que trabalhar em colaboração para lutar com os estereótipos que existem na sociedade, que acaba abalando todas as instituições do estado, principalmente a escola.

As práticas discriminatórias entre gênero no domínio escolar não favorecem o florescimento das meninas e o seu desenvolvimento acadêmico. Poucas meninas são encorajadas a concorrerem para postos de responsáveis de turma e muitas delas com potencial não são reconhecidas pelos pais, que desempenham um papel chave no apoio à criança e no seu desenvolvimento escolar. (Fala de Mindjer, 2015, p.15).

Essas práticas que afetam muitos as meninas devem ser combatidas, e a escola deve mudar muitos paradigmas para ajudar a integração e permanência das mulheres nas escolas e futuramente nos espaços de tomadas de decisão do país. O governo deve criar políticas e programas de apoio para combater as discriminações de gênero no sistema educativo e promover mais a participação das mulheres na sociedade.

Quais causas e fatores que mais influenciam, mas a evasão?

Entrevistada 1:

A gravidez precoce, gestão financeira, e a pobreza.

Entrevistada 2:

Gravidez precoce e estereótipos sociais.

Entrevistada 3:

A pobreza, gravidez precoce, casamento forçado e instabilidade do país.

Entrevistada 4:

Casamento forçado e pobreza.

Entrevistada 5:

Pobreza e casamento precoce.

A gravidez precoce e o casamento precoce foram apontados pelas meninas como as principais causas da evasão escolar, o governo tem que criar as políticas educacionais para combater a evasão escolar, que é causado por esses dois fatores, criar mecanismo para combater tal fenômeno. Também as famílias devem ser sensibilizadas para poder lidar com gravidez, e combate ao casamento precoce.

Para isso é preciso “empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais da economia e educação/ formação de qualidade são garantias para o efetivo fortalecimento das instituições das economias, para promover o desenvolvimento ao longo termo, bem como impulsionar a melhoria da qualidade de vida de mulheres e homens ” (Fala de Mindjer, 2018). Assim vamos ter mais meninas nas escolas, consequentemente vamos ter mais mulheres nos lugares de tomada de decisão, e vamos combater o analfabetismo, a pobreza e a desigualdade social, e ter uma sociedade mais igualitária.

6 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA COMBATER A EVASÃO DAS MULHERES.

Neste capítulo discutimos sobre a intervenção do Estado na criação de políticas públicas para combater a evasão escolar de meninas e mulheres em todo o país no sistema educativo guineense, e também o papel da família para combater a evasão.

A política educacional é entendida como sendo regras, políticas e decisões oficiais feitas pelos governos e pelas autoridades educacionais, com o objetivo de melhorar a qualidade e o acesso à educação. De acordo com Oliveira (2021, p.05)

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (Oliveira, 2021, p.05)

A integração de políticas educacionais nas escolas gera o desenvolvimento social e combate à evasão escolar e outros problemas que afetam a educação. A realização da educação é um direito humano básico, e todos os governos e sociedades têm a obrigação de investir nesse direito. Mas na Guiné-Bissau ainda há uma dificuldade para alcançar a educação universal, segundo a Carta Política para Setor Educativo (2011, p.01)

O acesso à escola não é universal, visto que dos 76% de crianças que entram na escola, somente 48% chegam à última classe do ensino básico, i.e., 6ª classe. Portanto, a retenção no ensino básico é muito baixa, com particular incidência nas primeiras classes deste nível de ensino. Esta constatação, válida também para o ensino secundário geral, é acentuada pelas disparidades regionais, do meio e do género. Por exemplo, na zona rural, as raparigas têm duas vezes menos oportunidades de concluir o ensino básico que os rapazes e, na zona urbana, as raparigas 1,4 menos que os rapazes. (CPSE, 2011, p. 01)

As meninas são as mais afetadas nessa falta de acesso à educação universal, as que residem nos meios rurais sofrem mais. No entanto, é bom lembrar que o governo da Guiné-Bissau está trabalhando para reduzir essa taxa, por meio de vários programas e campanhas de conscientização. Ainda assim, há muito a ser feito, porque ainda “em 2021 48,9% da população é analfabeta, muitas crianças (sobretudo meninas) não entram na escola ou abandonam-na precocemente e existe um índice assinalável de não conclusão do percurso da escolaridade obrigatória (Ref.: Plano Setorial da Educação, 2017-2025)”, segundo o Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva, para Guiné-Bissau 2022-2028 (2022, p.14).

De acordo com o Furtado:

No plano educacional, o sistema educativo tem-se afastado cada vez mais das realidades e necessidades do país, quer por razões de natureza interna, quer por razões externas impostas pelos compromissos assumidos ao nível sub-regional, regional e internacional. Ao nível interno, a procura ultrapassa de longe a oferta e esta situação está a gerar novas respostas nem sempre condizentes com a qualidade de ensino-aprendizagem preconizado. (Furtado, 2020, p.28-29).

É preciso investir ainda mais em ações que incentivem as mulheres a frequentarem a escola e, ao mesmo tempo, lutar contra as barreiras que levam as mulheres a abandonarem a escola, inclui melhorar a qualidade dos serviços de saúde e educação, garantir que as escolas sejam mais acessíveis e mudar a mentalidade de que a mulher só é a mãe e a dona de casa. O investimento em educação é essencial para assegurar o futuro da nação, e deve ser prioridade para todo o governo.

De acordo com a Carta Política para Setor Educativo (2011), nas suas questões específicas defende que

O governo desenvolvera as medidas especiais com vista a encorajar a escolarização e retenção das raparigas no sistema reduzindo as deficiências as quais são confrontadas na sua escolarização: - Reforço da escolarização das raparigas no ensino básico nas regiões que conhecem acentuadas disparidades de género; - Implementação de políticas incitativas com vista ao aumento das raparigas nos estabelecimentos de ensinos secundário e superior. (CPSE, 2011, p.10).

Ainda no mesmo documento foram elaborados vários pontos de orientações gerais para o desenvolvimento do sistema educativo, onde um desses pontos promove a equidade entre os géneros, por meio geográfico e na categoria social, também apontam vários pontos para o desenvolvimento da educação.

No âmbito do desenvolvimento do sistema educativo, o principal objetivo prende-se com a conclusão universal do ensino básico com serviços de melhor qualidade. A política educativa apoiar-se-á igualmente nos objetivos seguintes: - Promover o ensino pré-escolar; - Melhorar o acesso e conclusão do Ensino Básico; - Melhorar a cobertura do ensino secundário geral, perspectivando uma progressiva cobertura a oferecer a um grande número de jovens 9 anos de escolaridade; - Melhorar a qualidade dos serviços educativos oferecidos no subnível do ensino secundário complementar, não descurando o seu aumento para 3 anos de duração (implementação do 12º ano); - Desenvolver nas jovens competências apropriadas para a sua inserção na sociedade através da promoção de Ensino técnico e formação profissional; - Melhorar o ensino superior e promover a investigação científica para responder, em quantidade e qualidade, às demandas da economia e às necessidades da sociedade; - Desenvolver programas de alfabetização e educação de adultos; - Melhorar a gestão e pilotagem do sistema educativo, através da alocação opima dos recursos, implementação de medidas que permitam a transformação dos recursos em resultados por parte dos alunos;

Promover a equidade entre géneros, meio geográfico e categorias sociais; - Acrescer o papel do sector privado na oferta educativa, particularmente a nível do ensino secundário e ensino superior; - Promover e melhorar a saúde escolar e desenvolver os comportamentos cívicos relativos à paz. (CPSP, 2011, p.02)

É necessário que funcionem as políticas públicas educacionais para reduzir esses problemas que afetam mais as mulheres, e que se invista não só em melhorar a qualidade dos serviços de educação, mas também em promoção de políticas públicas de gênero, aumento dos salários de professoras e outros profissionais da educação, e a construção de mais escolas e de uma rede de transporte público. Mas para Furtado (2020), mesmo com essas políticas elaboradas ainda as mulheres constituem a faixa vulnerável da sociedade guineense e enfrentam vários desafios para sua sobrevivência e não só na educação, mas em vários outros fatores da sociedade.

A mulher guineense continua a ser a franja vulnerável que enfrenta os maiores desafios: permanecem ainda elevadas as taxas de mortalidade materna: 800/100 000 gravidezes (2006-2010), os índices de analfabetismo, principalmente nas zonas rurais, atingem níveis próximos dos 80 % em certas localidades; são baixas as taxas de escolarização das raparigas, sendo a média nacional, em 1999/2000, de 40.27 %; a mulher guineense trabalha mais de 18 horas diárias, inicia as suas atividades em idades cada vez mais tenras, facto que não lhe deixa espaço para outras atividades e são cada vez mais numerosas as famílias chefiadas por mães solteiras. Apesar dos progressos já registados, as mulheres de certas zonas rurais são ainda vítimas de práticas tradicionais nefastas que atentam contra a sua própria vida, sendo uma das mais terríveis a mutilação genital. (Furtado, 2020, p.30).

É preciso que as mulheres possam ter igualdade de oportunidades em todos os níveis, incluindo no acesso à educação, melhorar as condições de vida de muitas mulheres e família, só assim as mulheres poderão ter um impacto de fato na sociedade e na transformação do futuro da Guiné-Bissau. Somente com políticas holísticas é possível criar um país onde as mulheres possam acessar todos os seus direitos e exercê-los de forma plena.

O governo deve pensar no “[...]currículo, ele deverá ser adaptado às necessidades de aprendizagem local, designadamente, em matéria de desenvolvimento rural e de educação alimentar, visando o alcance da segurança alimentar das comunidades.” (Furtado, 2020, p.35) E combater todos as problemas e dificuldades apontados neste trabalho. Com a mudança de currículo e ajuda dos todos os parceiros da educação podem ser combatidos a evasão escolar das mulheres no sistema educativo guineense.

7 CONCLUSÃO

A evasão escolar tem afetado muitas crianças, principalmente as mulheres, baseando nos dados apresentados neste trabalho. Os índices são elevados, e variáveis, quanto maior for o nível da escolarização, maior é o número de mulheres a deixar a escola, principalmente no ensino secundário, isso é em todo o país. O número é variável em zonas, que incluem também outros fatores que causam essa variação entre zonas e regiões da Guiné-Bissau. As principais causas da evasão das mulheres são: a gravidez precoce, a pobreza e o casamento precoce. Mesmo o governo tendo que desenvolver diferentes programas para ter uma educação universal para todos, isso não colmata as lacunas. Ainda em 2021, há um índice elevado de analfabetismo e as mulheres são as mais afetadas com isso. Em detrimento às políticas educacionais que o governo desenvolve para educação são poucas, para diminuir a evasão das mulheres é quase inexistente, se verifica muitos programas elaborados, mas na prática não funcionam. Também os problemas políticos e militares que assolam o país ao longo de anos, contribui bastante no não avanço e não desenvolvimento das políticas públicas educacionais, impossibilitam os parceiros internacionais da educação a não apoiar os programas da educação do país.

Portanto, o governo tem que trabalhar mais e criar políticas para redução desses problemas. Algumas medidas têm que ser tomadas, incluindo programas de apoio à família, programas de suporte social e financeiro, aprimoramento da qualidade do ensino e apoio aos professores. As ações de prevenção e apoio a quem já abandonou a escola podem fazer uma diferença significativa na vida das crianças e jovens, principalmente das mulheres, além de ajudar a promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. A existência de programas de apoio social, como a distribuição de bolsas familiares, também pode ser um fator importante para aumentar a escolarização de crianças em situação de risco social e incentivar as meninas a frequentarem a escola e, ao mesmo tempo, lutar contra as barreiras que levam as mulheres a abandonarem a escola e garantir que as escolas sejam mais acessíveis e mudança da mentalidade de que a mulher só é mãe e dona de casa.

Entretanto, a redução da evasão e da repetição na educação básica, seja por meio de programas de apoio social ou aprimoramento da qualidade do ensino, impacta diretamente a capacidade das crianças de continuarem os estudos, principalmente no nível médio e superior. No fim das contas, a evasão escolar é um problema de saúde pública, social e econômica e deve

ser enfrentado de forma global e a longo prazo. Só assim se pode garantir que todas as crianças tenham acesso à educação e possam alcançar suas potencialidades plenamente.

8 REFERÊNCIAS

BATICÃ. Hélder Duarte. **Manual de Igualdade e Equidade de Gênero**. Programa de Formação Avançada para ANEs. UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvimentu”. 2015.

Relatório da Situação do Sistema Educativo. **Margem de Manobra para o Desenvolvimento do Sistema Educativo numa Perspectiva de Ensino Básico e de Redução da Pobreza**. www.dhnel.org.br. 2013.

FALA DE MINDJER, As vozes das mulheres. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. Interpeace, março de 2018.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerência e Descontinuidades**. Universidade de Aveiro, 2005.

FURTADO, Alexandre. Educação, participação e desenvolvimento rural: o caso da Guiné-Bissau. *Africana Studia*, n. 22, 2020.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Economia e Finanças Secretaria de Estado do Plano. Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014. Março de 2016.

Gil, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre a situação dos direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS. Inquérito aos Indicadores Múltiplos 2014, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL/UNICEF. Avaliação Sumativa da Iniciativa "Escolas Amigas das Crianças (EAC)" na Guiné-Bissau (2011-2019). Janeiro 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Chapter; March 2021.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo, ed. Cultura Acadêmica, 2009.

REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU. Ministério da Educação Nacional - Carta da Política educativa. Guiné-Bissau, MEN, 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/mundo/guinebissau/gb_carta_de_politica_educativa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU. UNICEF. HUMANITÉ & INCLUSION. Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022 – 2028. Fevereiro de

2022. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/mundo/guinebissau/gb_carta_de_politica_educativa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos. Lei de Bases do Sistema Educativo.

UNICEF Guiné-Bissau. 2021. Guiné-Bissau Fichas técnicas de educação 2021: Análises para aprendizagem e equidade usando o MICS da Guiné-Bissau. Disponível em: [https://www.unicef.org/guineabissau/pt ...](https://www.unicef.org/guineabissau/pt...) Acesso em: 22 jan. 2025.

UNICEF Guiné-Bissau. Guiné-Bissau: 2022. Relatório Anual 2022. Disponível em: [Relatório Anual 2022 do UNICEF Guiné-Bissau | UNICEF Guinea-Bissau](#). Acesso em: 22 jan. 2025.